

## **Psicopatologia e pós-estruturalismo: convivendo com novas problemáticas**

**André Luiz Iório**

*Psiquiatra. Aluno do Programa Pós-Graduação  
de Doutorado em Psicologia Clínica pela  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Pesquisador do Laboratório de Psicopatologia  
Fundamental da Pontifícia Universidade Católica  
de São Paulo. Membro da Sociedade Brasileira  
de Psicologia Humanista Existencial  
(SOBRAPHE)*

*End.: R. Artur Prado, 369, Ap. 92.  
CEP 01322-000, Bela Vista, São Paulo – SP*

*e-mail: andrepsi@terra.com.br*

### **RESUMO**

*O autor faz uma análise da psicopatologia, enquanto disciplina,  
frente às mudanças epistemológicas decorrentes do pós-*

*estruturalismo. Parte inicialmente do conceito filosófico de estrutura, para, em seguida, conceitualizar estruturalismo, posicionando-o como um movimento acadêmico caracterizado pela oposição a três vertentes: o idealismo, o historicismo e o humanismo. Em seguida, descreve seu processo de declínio e aborda as dificuldades e controvérsias quanto à conceitualização de pós-modernidade. Destaca a emergência de novos referenciais, sobretudo a busca de um novo olhar para o sujeito na dicotomia consciente/inconsciente, longe de um determinismo causal estrito do inconsciente, o que não implica em desconsiderar esse determinismo, mas também distante do sujeito cartesiano, considerado onipotente e sem alteridade. Destaca, também, o paradigma sistêmico, a noção pragmática de irrepresentacionalismo, a proposta da psicopatologia fundamental e, finalmente, a hermenêutica contemporânea e a revalorização do enfoque compreensivo em psicopatologia. Em relação ao paradigma sistêmico, salienta a mudança na dicotomia observador e sistema observado e a idéia de uma co-construção do conhecimento numa ação colaborativa entre clínicos. Em relação à noção de irrepresentacionalismo, comenta acerca da idéia da não equivalência entre representação e verdade. Em relação à psicopatologia fundamental, destaca as idéias de Pierre Fedida acerca de um projeto intercientífico de psicopatologia. Finalmente, destaca a hermenêutica contemporânea, em torno de Heidegger e Gadamer, e tenta fazer uma correlação com suas implicações na clínica psiquiátrica e psicológica atuais.*

*Palavras-chave: psicopatologia, pós-estruturalismo, pós-modernidade, sujeito, hermenêutica*

## **ABSTRACT**

*The author makes an analysis of psychopathology as an academic discipline, facing the epistemological changes related to post-structuralism. He begins initially discriminating the philosophical concept of structure, in order to conceptualize structuralism. He placed it as an academic movement characterized by the*

*opposition against three branches: idealism, historicism, and humanism. Then, he describes its process of decline, considering the difficulties and controversies regarding to the conceptualization of post-modernity. He emphasizes the emergence of the new issues, specially the search into a new point of view concerning the concept of subject on the conscious/unconscious dichotomy, far from a strict causal determinism from the unconscious, what does not implicate that it shouldn't be taken in consideration at all, but also far from the Cartesian concept of subject, considered omnipotent and lacking otherness. The author emphasizes also the systemic paradigm, the pragmatic notion of irrepresentationalism, the proposals of fundamental psychopathology, and finally, contemporary hermeneutics and the revalued worth on the comprehensive focus in psychopathology. In relation to the systemic paradigm, the author points out the change on the observer-system observed dichotomy, and the idea of a co-construction of knowledge in a collaborative action between clinicians. In relation to the notion of irrepresentationalism, he comments the idea concerning the lack of equivalence between representation and truth. In relation to fundamental psychopathology, he emphasizes the ideas of Pierre Fedida about an inter-scientific project in psychopathology. Last but not least, the author also emphasizes contemporary hermeneutics, around Heidegger and Gadamer, trying to make a correlation to its clinical implications in psychiatric and psychology nowadays.*

*Key-words: psychopathology, post-structuralism, post-modernity, subject, hermeneutics*

A psicopatologia, enquanto disciplina, se defronta constantemente com a possibilidade de mudanças epistemológicas, tanto nas ciências humanas como nas ciências naturais, ciências essas que lhe servem como relevante alicerce. O pós-estruturalismo, bem como a chamada pós-modernidade, termo ainda bastante controverso e discutível, trouxeram novos referenciais, bem como fizeram voltar à tona elementos antigos, descartados pelo pensamento da fase estruturalista. O presente artigo estará analisando esses novos e velhos referenciais, herdados com o

colapso do período estruturalista, e de que forma pode, o discurso psicopatológico atual, assimilá-los e incorporá-los, buscando os pontos de aproximações e os limites necessários, propiciando, assim, condições para um amplo debate de novas problemáticas. São, basicamente, duas perguntas que o presente texto visa responder. Em primeiro lugar, saber como a psicopatologia, enquanto ciência, pode se comportar na assimilação dos referenciais pós-estruturalistas. Em segundo lugar, em determinar qual a contribuição desses referenciais para o debate em psicopatologia. Para tanto, optou-se por fazer uma investigação acerca dos conceitos de estruturalismo e pós-estruturalismo para, em seguida, buscar relações conceituais entre a psicopatologia e o pós-estruturalismo, bem como os pontos contraditórios, as aproximações e os afastamentos e, finalmente, problematizar a questão na clínica psiquiátrica e psicológica contemporânea.

### **O estruturalismo e sua derrocada**

Para compreendermos o conceito de estruturalismo, é necessário primeiro entendermos o conceito de estrutura. Etimologicamente, a palavra estrutura (Ricken, 2002) vem do latim “structura”, conotando um estilo de construção e “struere”, trazendo a noção de disposição em camadas. Estrutura (Abbagnano, 1971/2000) estaria também ligada a um plano ordenado e hierarquizado de um sistema ou sistemas de relações que representariam algo real, determinando todas as suas determinações e previsões possíveis. Pode-se também conceber estrutura (Mora, 2001) como um modo de ser dos sistemas, sendo que o termo fora inicialmente aplicado à anatomia (Ricken, F., 2002) e posteriormente às outras áreas. Cabe salientar, até aqui, a proximidade entre a idéia de estrutura e a noção de sistema, bem como a noção de estrutura como representação do sistema de relações de algo real.

O conceito de estruturalismo (Abbagnano, 1971/2000) deriva-se naturalmente do conceito de estrutura como um processo de pesquisa ou metodologia, em determinado campo de investigação, que tem como base ou sustentáculo o conceito de estrutura. Entretanto, é relevante destacarmos o estruturalismo (Abbagnano,

1971/2000) como um movimento acadêmico que se opôs diretamente a três vertentes - o historicismo, o idealismo e o humanismo – na medida em que defende uma abordagem transversal da realidade, afirma a objetividade do sistemas de relações em detrimento de um ato ou função subjetiva e afirma a primazia do sistema sobre o homem, concebendo o sistema como mais uma realidade do que um mero constructo. Com relação a esse último quesito, o estruturalismo (Mora, 2001) destrói a concepção do homem como sujeito, submetendo-o, dessa forma, às regras de vários sistemas. Esse aniquilamento do sujeito (Abbagnano, 1971/2000; Mora, 2001), no sentido filosófico de um eu psicológico auto-consciente e portador de atos (Ricken, 2002), teria sido um dos pontos culminantes das estruturas de parentesco de Lévi-Strauss, da trama de significantes lacaniana, do poder aos moldes foucaultiano e do marxismo althusseriano. Em contraposição, o pós-estruturalismo é definido como a fase da filosofia francesa após o estruturalismo, caracterizada pela derrocada da noção central de estrutura:

O peso das circunstâncias históricas e, especificamente, políticas, ou político-sociais, é importante no desenvolvimento do “pós-estruturalismo”, como foi (no caso de Althusser) para o do estruturalismo. Esse peso manifesta-se, às vezes paradoxalmente, na recusa em considerar de modo explícito essas circunstâncias e em supor que há uma espécie de “racionalidade absoluta” – ou de “irracionalidade absoluta” – , que é a racionalidade, ou a irracionalidade, do que se chamou, às vezes, “o Mestre”, outras vezes, “o Saber”, identificado com “o Poder”, a trama no interior da qual, e só no interior da qual, acontece a história (Mora, 2001, p. 569).

Mas onde estaria a psicopatologia na concepção estruturalista? Num primeiro momento, podemos dizer que estaria, de imediato, na psicanálise lacaniana, na concepção de inconsciente estruturado como linguagem, na idéia de um sujeito evanescente dentro de uma trama de significantes. Seria possível conceber como psicopatologia estruturalista não apenas uma versão psicanalítico-

semiótico-lingüística, como em Lacan, mas também outras psicopatologias? Acredito que sim, desde que mantenha, como já salientado, a oposição ao humanismo, ao idealismo e ao historicismo. Nesse sentido, por exemplo, a topologia freudiana e a caracterologia de Kretschmer seriam também estruturais. A diferença reside no fato de estas duas últimas serem, ou tentarem ser, estruturas das ciências da natureza, ao passo que o Estruturalismo, como movimento acadêmico, foi um movimento das ciências humanas, daí a primazia da sociologia, da psicanálise lacaniana (e não freudiana) e da lingüística. O edifício estruturalista, entretanto, começa a desmoronar. François Dosse (Dosse, 1994) faz uma brilhante análise do declínio do movimento estruturalista, destacando a questão do pensar sem o sujeito, o ressurgimento de modelos do consciente e a derrocada da lingüística enquanto ponto central:

(...) Essa evolução também será fatal para a ideologia estrutural na medida em que a mensagem dos dissidentes é a de defesa dos direitos humanos, de um certo humanismo: outros tantos valores marginalizados pelo método estruturalista, cujo ponto de vista primacial visava, justamente, pensar **sem o Sujeito**, para se ter acesso à Ciência (p. 305). (...) O refluxo conjunto da antropologia e da psicanálise revela o desejo de problematizar de novo **os modelos conscientes**, e de não continuar a valorizar exclusivamente como lugar de verdade o nível do inconsciente, seja à escala individual ou a das práticas sociais coletivas. Por seu lado, a **lingüística** já não desempenha esse papel de motor das ciências sociais que foi o dela durante a belle époque do estruturalismo; ele inicia uma retirada para posições institucionais adquiridas (Dosse, 1994, p. 314).

Dosse (Dosse, 1994) prossegue sua análise destacando a crescente importância que adquire o pensamento hermenêutico de Paul Ricoeur e sua crítica à idéia da natureza imanente da linguagem:

(...) reconhecimento, tardio mas espetacular, da importante obra realizada pelo filósofo Paul Ricoeur.

Lembra-se o leitor de que ele tinha sido um dos principais contraditores das teses de Lévi-Strauss, no âmbito dos debates da revista *Esprit*, a partir de 1963: ele opunha então à teoria geral das relações de Lévi-Strauss uma teoria geral da interpretação. (...) Sem contestar o fundamento epistemológico da abordagem semiológica, Paul Ricoeur negava ao modelo lingüístico toda a forma de absolutização, e já considerava a sua superação ao mostrar que para além da taxonomia a linguagem é um dizer. Prosseguirá com um trabalho sobre a língua, bem como com essa confrontação com as teses estruturalistas, sobretudo quando critica o axioma da imanência da linguagem em *La Métaphore vive* (Dosse, 1994, p. 318).

Um outro autor que Dosse destaca em seu trabalho é Bourdieu, sobretudo quando retomamos a problematização do sujeito. Há o seguinte questionamento: de que forma revalorizar o sujeito, que não de acordo com a metafísica tradicional? Dosse analisa essa questão à luz do pensamento de Bourdieu, propondo um posicionamento intermediário ao sujeito:

(...) Ela permite, com efeito, atribuir um lugar ao sujeito que não seja o da tradição metafísica, ao refletir sobre os atos da linguagem e não mais somente sobre as regras instituídas por esta última (p. 337). (...) Numa tal abordagem, e contrariamente à censura que Lévi-Strauss faz a Bourdieu de reintroduzir o subjetivismo, o irracionalismo, e de renunciar, portanto, ao programa científico que o estruturalismo se atribuía, o sujeito que ele reintroduz não tem a livre escolha da sua estratégia e tampouco tem grande coisa a ver com o sujeito cartesiano. Limita-se a estar simplesmente na encruzilhada de séries causais heterogêneas que operam a partir dele e sobre ele (p. 338). (...) O problema apresentado consiste em repensar o sujeito após as descobertas do inconsciente e das determinações históricas e sociais, e não em criar um impasse acerca

destas últimas (...) (Dosse, 1994, p. 399).

A idéia da imanência do texto na lingüística tradicional sofre, enfim, seu duro golpe de misericórdia quando Dosse atenta novamente para o sujeito e para a noção de dialogia, direcionando sua abordagem para aquele que viria a se tornar uma verdadeira moda nos futuros círculos de analistas literários: Mikhail Bahktin:

(...) o sujeito, o indivíduo vão poder ser problematizados de novo. Recorde-se que muito cedo, já em 1966, Julia Kristeva tinha introduzido no seminário de Barthes a idéia de intertextualidade, de dialógica, ao expor a obra de Mikhail Bahktin. (...) É esse fenômeno de interação entre o objeto de estudo e o sujeito deste que dá lugar ao conceito de dialógica. Ele provoca uma ruptura decisiva com o distanciamento e a normalização do objeto lingüístico até então em uso no estruturalismo (Dosse, 1994, p. 361).

Finalmente caímos no ponto que dá uma discutível legitimidade ideológica a alguns modelos que estão cada vez mais presentes em discussões psicopatológicas: as neurociências, o cognitivismo e os modelos sistêmicos, esses últimos irrepreensíveis no domínio atual da pesquisa em comunicação patológica no ambiente familiar. Nas seguintes passagens, Dosse ilustra paradoxalmente o pensamento estrutural lévi-straussiano projetado como espelho da natureza:

Nesse segundo momento, parece que se assiste efetivamente a um deslocamento: a estrutura não é considerada um simples método de abordagem para restabelecer o sentido; ela própria encontra-se na natureza. A esperança consiste assim em superar o dualismo natureza/cultura, ao reencontrar no seio dos **circuito mentais**, em seu modo de funcionamento, uma realidade estrutural natural cujo método do mesmo nome seria apenas o seu prolongamento cultural. (p. 443)...Vê nesses avanços conceituais o meio de reorientar o seu estruturalismo para uma filosofia naturalista segundo a

qual 'o modelo já está inscrito no corpo, a saber no código genético' (p. 444). (...) A outra grande ruptura com o estruturalismo é a reintegração, nessa constelação da sistêmica, do Sujeito (Dosse, 1994, p. 472).

### **Pós-modernidade: um conceito não resolvido**

Até aqui, portanto, conseguimos talvez visualizar a dimensão do debate pós-estrutural, através da discussão de um novo papel do sujeito em relação aos sistemas, a desvalorização das abordagens universalizantes, a superação da dicotomia natureza/cultura e o advento das neurociências etc. Entretanto, temos um outro conceito, diferente de pós-estruturalismo, que freqüentemente traz inúmeros problemas, pois, por um lado, apresenta uma vertente pós-estrutural, quando trata da derrocada dos ideais iluministas, mas, por outro lado, pode ser entendido como super ou ultra-estruturalista, quando se dirige para a desconstrução no sentido derridiano ou para a política dos signos, no sentido baudrillardiano: trata-se do conceito de pós-modernidade. E aí lançamos uma pergunta, talvez relevante para o debate da psicopatologia atual: a pós-modernidade constitui apenas um fato novo ou uma nova matriz do pensamento? A problemática da pós-modernidade já começa na própria construção de um conceito. Vários autores divergem ao falar sobre o conceito de pós-modernidade. Citaremos alguns autores e suas definições. David Lyon (Lyon, 1998), eminente sociólogo, enfoca a pós-modernidade como um conjunto de mudanças sociais e culturais profundas que estariam ocorrendo a partir do final do século XX em muitas sociedades avançadas, salientando três pontos: o abandono do "fundacionalismo" – ciência construída sobre bases firmes, o colapso das hierarquias do conhecimento e a substituição do logocentrismo para o iconocentrismo. Por sua vez, Ann Kaplan (Kaplan, 1993) salienta num belíssimo artigo, presente na coletânea intitulada **O mal estar no pós-modernismo**, que o conceito de pós-modernismo poderia se dividir em duas vertentes, uma que ela denominou "utópica" e outra chamada "comercial". Na vertente pós-modernista "utópica", haveria uma superação das oposições binárias da

modernidade, enquanto que na vertente “comercial” o pós-modernismo seria encarado como a última modalidade do capitalismo tardio, que culminaria no cepticismo de Baudrillard, passando por Lyotard. Steven Connor (Connor, 1992) segue o caminho de Kaplan, embasando seu texto num discurso que, em nenhum momento, questiona a idéia de um colapso da racionalidade e parte, talvez de forma precipitada, pelas já consagradas questões de uma dita crítica cultural que se utiliza da idéia da multiplicidade de estilos, do pastiche etc. Mais uma vez, podemos estar falando apenas de um fato novo, mas não necessariamente de uma ruptura histórica, ou do que poderíamos chamar de surgimento de uma nova matriz de pensamento. Frederic Jameson (Jameson, 1997), por sua vez, salienta alguns pontos importantes no segundo capítulo de seu livro **Pós-modernismo, a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**, intitulado **Ideologia, Teorias do Pós-Moderno**. Constrói um esquema combinatório muito interessante, problematizando ao extremo as questões conceituais, salientando diversas posições ambivalentes e antagônicas acerca do modernismo e do pós-modernismo. Posteriormente, enfatiza o posicionamento de Habermas:

Devemos a Jurgen Habermas essa reversão dramática e essa rearticulação do que resta do valor supremo do moderno, e do repúdio da teoria e da prática do pós-modernismo. Para Habermas, no entanto, o vício central do pós-modernismo é sua função política reacionária, como expressa na tentativa generalizada de se desacreditar o impulso modernista que ele associa ao Iluminismo burguês e a seu espírito ainda universalizante e utópico. Como o próprio Adorno, Habermas busca resgatar e revalorizar o que ambos vêem como o poder essencialmente negativo, crítico e utópico das grandes expressões do alto modernismo. Por outro lado, sua tentativa de associar essas últimas com o espírito Iluminista do século XVIII marca uma ruptura decisiva com a sombria Dialética do Iluminismo de Adorno e de Horkheimer, na qual o “ethos” científico dos “philosophes” é dramatizado como um desejo mal canalizado de poder

e de dominação sobre a natureza, e seu programa de dessacralização como o primeiro estágio de desenvolvimento de uma visão de mundo puramente instrumentalizante que leva direto a Auschwitz (Jameson, 1997, p. 83).

Essa problematização conceitual encontra raízes profundas na extensa e complexa análise crítica do próprio Habermas sobre Foucault. Notemos a inquietante passagem de Habermas (Habermas, 1998) na sua obra **O Discurso Filosófico da Modernidade**:

(...) a sua teoria pretende elevar-se a uma objetividade mais rigorosa colocando-se acima das pseudociências, mas cai ainda mais desesperadamente nas armadilhas de uma historiografia presentista que se vê impelida por uma autodenegação relativista e que não pode dar informações sobre as bases normativas da sua retórica. (...) Deste modo é recomendável voltar uma vez mais às ciências humanas desmascaradas pela razão, mas desta vez com a consciência de um fato que é sistematicamente ignorado pelos seguidores de Nietzsche. Estes não vêem que o contradiscurso filosófico, que acompanhou desde o início o discurso filosófico da modernidade iniciado por Kant, já fornece a contraprova em relação à subjetividade como princípio da modernidade. As aporias fundamentais da filosofia da consciência que Foucault diagnostica sagazmente no capítulo final de *A Ordem das Coisas* já foram analisadas em tempo e de modo semelhante por Schiller, Fichte, Schelling e Hegel (Habermas, 1998, p. 275-276).

Esse ataque crítico e extremamente embasado de Habermas não pode ser visto com pouca profundidade. Em nenhum momento até aqui, os autores citados, com exceção de Jameson, tentaram aprofundar o debate da pós-modernidade à luz de um debate filosófico que, como visto acima e salientado em negrito, coloca a filosofia do século dezenove como **ciente** de problemas que surgiram adiante e, em nenhum momento, coloca em questão a legitimidade da

racionalidade iluminista. Ao contrário do interessante mas não pouco precipitado texto de Joel Birman (Birman, 1999), que tenta trazer a psicopatologia para o debate acerca de pós-modernidade. Em seu artigo intitulado **A psicopatologia na pós-modernidade. As alquimias do mal-estar na atualidade**, o autor parte direto para uma noção “resolvida” de pós-modernidade baseada na “Sociedade do Espetáculo” de Guy Debord e nos “simulacros”, cuja idéia original, embora não citada, pertence a Jean Baudrillard, e na contundente e merecida crítica a uma psiquiatria organicista e farmacológica, que há muito deixou de representar qualquer tipo de discurso psicopatológico, restando assim um sujeito perdido e sem alteridade. A pós-modernidade é vista, nesse caso, através da problematização de suas conseqüências deletérias, não se problematizando seu ponto central, que é o chamado colapso das “estruturas” da modernidade, ou pós-estruturalismo. O risco, no caso do texto de Birman, em que pesem questões ideológicas inevitáveis e inerentes a qualquer texto, é cair num discurso mais francamente político e menos conceitual, ou cairmos numa análise de inspiração marxista acerca da reificação do *pathos*. Além disso, como salientado na discussão acima, o próprio conceito de pós-modernidade é ainda controverso e, dependendo na concepção que nós adotemos, como no caso da crítica à sociedade da imagem na “Sociedade do Espetáculo”, não restam saídas senão muito estreitas para o sujeito e o outro. Em nenhum momento deixo de respeitar a denúncia de Debord<sup>5</sup>, quando este colocou o espetáculo como uma “Weltanschauung que se tornou efetiva, materialmente traduzida” (Debord, 1997, p.14); o mesmo em relação a Baudrillard, quando este afirma que as produções intelectuais seriam imediatamente produzidas como signo e como valor de troca (Baudrillard, 1995). Entretanto são pensadores céticos e revelam apenas um dos possíveis posicionamentos relevantes acerca da pós-modernidade. Assim sendo, acredito ser mais prudente falarmos, com mais propriedade e precisão conceitual, de pós-estruturalismo, e não em pós-modernidade. Temos aí um problema legítimo – o problema pós-estrutural – e não apenas mais uma repetição de um cenário de crítica marxista da sociedade, aos moldes da competente Escola de Frankfurt, ou até mesmo de querelas políticas entre as neurociências e a psicanálise.

## A psicopatologia “após as estruturas”

Assim, talvez possamos, finalmente, tentar delinear os novos e antigos referenciais que o debate psicopatológico é obrigado a defrontar numa concepção de psicopatologia pós-estrutural ou “após as abordagens estruturais”. São eles, por exemplo, a busca de um novo olhar para o sujeito na dicotomia consciente/inconsciente, tentando situá-lo num ponto médio, intermediário, longe de um determinismo causal estrito do inconsciente, o que não implica em desconsiderar esse determinismo, mas também distante do sujeito cartesiano, onipotente e privado da alteridade. Acredito que esse posicionamento equivalha ao desenvolvimento de um modo de comunicação intersubjetivo em psicopatologia. Como o próprio Fedida (Fedida, 1998), ao falar da natureza intercientífica do projeto de uma psicopatologia fundamental, expõe em seu brilhante artigo **De uma psicopatologia geral a uma psicopatologia fundamental**:

Face a representantes de uma outra especialidade diferente da sua, o psicanalista só pode sustentar um discurso cuja argumentação obedece a um regime **modificado** da racionalidade teórica em atividade em sua prática da cura. A modelização e formulação de hipóteses, as apresentações de conceitos – certamente formadas em sua atividade metapsicológica com os pacientes – devem refletir secundariamente e **submeter-se**, assim, a **condições de comunicação** “científica” que não são geralmente incluídas nos processos de pensamento durante a cura. Este regime **modificado** da racionalidade teórica pode, na verdade, concorrer a uma fundamentalização psicopatológica dos modelos e dos conceitos, se tal fundamentalização for tomada como uma contribuição da psicanálise à fundação intercientífica da psicopatologia. Hoje em dia, é justamente a isto que se assiste, graças a certas trocas entre psicanalistas e neurobiólogos ou ainda especialistas de outras disciplinas (imunologistas, neurocognitivistas, etc.). Seria, então, conveniente pensar o projeto de uma psicopatologia fundamental como um projeto de natureza intercientífica,

em que a epistemologia comparativa dos modelos e de seu funcionamento teórico-crítico desempenharia o papel determinante de uma **consciência de seu limite de operatividade** e de sua aptidão a transformarem-se uns aos outros (Fedida, 1998, p. 114-115).

Quando Fédida coloca termos como **regime modificado da racionalidade**, **submissão a condições de comunicação “científica”** ou **consciência de seu limite de operatividade**, ele claramente rompe com a onipotência de qualquer que seja a “estrutura psicopatológica em questão”, chegando a uma proposta de psicopatologia “após qualquer possibilidade de estrutura universalizante”, constituindo, assim, um projeto de psicopatologia “após as estruturas”, ou seja, pós-estrutural. Entretanto, acredito que o grande inimigo desse projeto possa ser a dificuldade em lidar com os jogos políticos inerentes e inevitáveis nesse complexo debate. Um outro novo referencial, herdado do colapso estrutural e nascido das teorias do paradoxo, descobertas nos estudos acerca da comunicação esquizofrênica, foi a abordagem sistêmica, herdeira da antipsiquiatria. A sua segunda versão, decorrente da chamada segunda cibernética, prega o status de novo paradigma. Em que pese as possíveis controvérsias, o referencial sistêmico (Esteves de Vasconcelos, 2002) traz três pontos de extrema relevância: a busca da complexidade através de uma incessante contextualização da situação do enfermo, a exploração da instabilidade dos sistemas familiares e a noção de um espaço de intersubjetividade, caracterizado pelo irrepresentacionalismo pragmático (a impossibilidade de equivalência entre representação e verdade), tema explorado à exaustão em Richard Rorty (Rorty, 2002). Isso se refletiria numa mudança da dicotomia “observador-sistema observado”, típico do referencial estrutural, pela situação “observador-no-sistema-observado-por-ele-mesmo”. Se o que é pensado não pode ser, de forma alguma, uma representação da verdade, temos, então, importantes implicações. Em primeiro lugar, a divergência e a não concordância de opiniões vira uma “regra” em busca de um espaço solidário de consenso. Em segundo lugar, o conhecimento passa a ser “co-construído” numa ação colaborativa entre clínicos-

pesquisadores. Da mesma forma, na clínica, a hipótese psicopatológica seria “co-construída” ao longo do processo terapêutico, perdendo o clínico seu status de *expertise* e sua onipotência como detentor da verdade última sobre o enfermo.

Passando pelo paradigma sistêmico, em busca de uma psicopatologia “após as estruturas”, temos de nos defrontar com um outro novo referencial: a hermenêutica contemporânea. Podemos entendê-la, num sentido contemporâneo, de uma forma autônoma (Vattimo, 1999), diferentemente de uma teoria interpretativa, como no caso da hermenêutica literária ou da hermenêutica do Direito. Estamos nos referindo a uma teoria filosófica que giraria em torno do eixo Heidegger-Gadamer, incluindo outros autores como Ricoeur, Pareyson, Habermas, Apel, Rorty Taylor, Derrida e Lévinas, tendo como aspectos constitutivos a ontologia e a “lingüisticidade”:

Olhando-se desta forma, a hermenêutica revela os seus dois aspectos constitutivos: o da ontologia e o da Sprachlichkeit, da linguística. Em Heidegger, apesar de toda a ênfase que dá à linguagem, especialmente na fase mais tardia do seu pensamento, a interpretação é vista sobretudo do ponto de vista do ser; para Gadamer, por outro lado, com toda ênfase dada à ontologia, ele coloca sobre a ontologia a interpretação é pensada do ponto de vista (Vattimo, 1999, p. 15).

Partindo da articulação entre linguagem e ontologia, a hermenêutica contemporânea traz, para Gadamer, a noção de uma teoria geral da interpretação coincidindo com a experiência do mundo, sendo que a experiência de verdade, diferentemente de qualquer idéia metafísica de verdade, estaria indissociavelmente presa ao ato interpretativo (Gadamer, 2003). Nas palavras de Vattimo, a hermenêutica traz a tona o questionamento da finitude da verdade primária (Vattimo, 1999).

Os argumentos de que parte uma teoria hermenêutica da verdade são já conhecidos: a constatação da secundariedade da verdade como correspondência, e da necessidade de uma abertura prévia que torne possível

qualquer verificação ou falsificação de proposições; o reconhecimento (existencialístico, anteriormente nietzschiano e também por certas vertentes positivistas; e aí penso em Spencer) da finitude – isto é historicidade, eventualidade – da verdade primária: o sujeito não é o portador do a priori kantiano, porém herdeiro de uma linguagem histórico-finita que torna possível e condiciona o seu acesso a si próprio e ao mundo (Vattimo, 1999, p. 21).

Mas onde poderíamos situar a hermenêutica na psicopatologia e na clínica? Sem dúvida, na revalorização do enfoque compreensivo, e não em abordagens explicativas e reducionistas, que retornariam aos modelos estruturais. Na medida em que deixemos de conceber a verdade como algo representável, mas apenas como “uma experiência pessoal, histórica e finita de verdade”, só nos restará a compreensão empática do *pathos*. É graças a esta vocação niilista da hermenêutica contemporânea, que as abordagens estruturais perdem sua força. Isso não é, de forma alguma, um ataque aos modelos que pregam “estruturas psicopatológicas”, mas apenas, e tão somente, a constatação da fragilidade da verdade primária contida em todos os discursos psicopatológicos. Quando, na clínica, afirmamos que determinado paciente “é” um obsessivo, estaríamos dizendo apenas, do ponto de vista hermenêutico – em que pese todo o desejo de encontrar um diagnóstico absoluto –, que achamos haver uma possível aproximação entre o fenômeno obsessivo concebido a partir da nossa experiência pessoal, finita e histórica de verdade, e o que compreendemos acerca da experiência de mundo do paciente. O “é” (obsessivo) seria momentâneo, finito, passageiro, impreciso etc, fruto de uma imprecisão inerente à linguagem, mas não equivale ao ser, no sentido ontológico. Seria, o que chamaríamos no jargão heideggeriano, de *ôntico*, ligado ao ente, contrariamente a ontológico, ligado ao ser. O fato de as teorias psicopatológicas serem *ônticas* – trazendo a separação sujeito/objeto e, por conseguinte, a noção de causalidade –, não as desmerecem em nenhuma medida. Apenas as reduzem a atos interpretativos finitos. Portanto, partindo da noção de hermenêutica proposta acima, caímos, inevitavelmente, novamente

na revalorização do enfoque compreensivo do *pathos*.

Prosseguindo no debate acerca de uma psicopatologia pós-estrutural, Humberto Eco, em passagens da **Estrutura Ausente**, traz uma interessante articulação entre Lacan e Heidegger, buscando um paralelismo entre o texto para Heidegger e a linguagem para Lacan. Isso se evidencia na seguinte passagem:

Quando Heidegger nos lembra que, diante de um texto, auscultá-lo como manifestação do ser não significa compreender o que diz mas, antes de mais nada, o que não diz e todavia evoca, afirma o mesmo que Lacan quando persegue na linguagem as derrisões da metáfora e da metonímia (...) (Eco, 2001, p. 339-340).

Eco apóia-se também em Heidegger para apontar o lacanismo como uma espécie de maneirismo heideggeriano. Entretanto, para Eco, na concepção heideggeriana, o ser não pode ser submetido a nenhuma determinação:

O Lacanismo revela-se, portanto, como um caso de maneirismo Heideggeriano. Mas no momento em que Heidegger nos ajuda a compreender o sentido que adquirem as proposições de Lacan, obriga-nos igualmente a levar suas premissas até as últimas conseqüências. Porque, aceita ou não a perspectiva heideggeriana, o que está claro em Heidegger é o fato de que o Ser, predicado por diferença, não pode ser submetido a nenhuma determinação estrutural. Cadeias significantes, leis do símbolo, estruturas – enfim – no sentido mais lato do termo, aparecem e desaparecem como manifestações “epocais” do ser, mas não se reduzem a ele, que está sempre aquém, é o nascedouro e a Origem delas, fá-las ser, mas não se reduz a elas (...) (Eco, 2001, p. 341-342).

Partindo da idéia de que, em Lacan, o discurso estrutural fora conduzido as suas últimas conseqüências, levando-o a sua morte e fazendo surgir uma ontologia sem estruturas, e concebendo a

atividade hermenêutica como única possibilidade para relação com o ser, Eco propõe duas possibilidades após a morte do estruturalismo:

De um lado, o estruturalismo pode morrer num heideggerismo bastante próximo do *Sein und Zeit* que do último Heidegger: a cura (psicanalítica) como libertação do Cuidar (como *Sorge*, preocupação) resolve na decisão antecipadora do ser-para-morte. Do outro, o heideggerismo encontra de novo sua matriz nietzschiana e a sua descoberta da não-origem provoca a celebração jucunda do jogo que se lhe segue (...) (Eco, 2001, p. 356).

Vemos nessa última passagem a idéia da clínica, no caso exemplificado pela clínica psicanalítica, com um propósito existencial claro: a libertação do ser e a autoconsciência de sua finitude. Não fica muito difícil fazermos uma aproximação com a noção de angústia inautêntica e mundanização em Binswanger. Este propõe a neurose como uma forma inautêntica de ser. Nesse ponto de vista, os discursos psicopatológicos seriam, então, formas finitas, ônticas, de perseguir um fim ontológico maior: de novo, a libertação do ser e a autoconsciência de sua finitude. E aí, caímos na problematização da temporalidade, da espacialidade, do ser-em, do ser-com, etc, enfim, na problematização de um determinado número de formas fenomenológico-existenciais.

Mas, afinal de contas, o debate psicopatológico conseguiu, de fato, assimilar a problemática trazida pelos novos referenciais oriundos do pós-estruturalismo? Consegue a psicopatologia conviver sem uma “estrutura” segura? Com certeza não. A biologização radical da psiquiatria atual determinou o desaparecimento da psicopatologia em detrimento de uma nosografia simplificada. A compreensão do *pathos*, na maioria das instituições, ainda está contaminada pelo ranço estrutural, na descoberta ilusória do derradeiro determinismo que explique o psiquismo. Suportar a singularidade humana, e todo o desconhecido que a acompanha, é assustador. Bem como compreender o *pathos*, sem ter certeza de suas explicações (ou estruturas). Talvez seja correta a idéia de que fazer psicopatologia hoje se confunda com fazer “história da psicopatologia”, pois a segunda impõe necessariamente a finitude da primeira.

Após fazer todo o percurso deste texto, do reposicionamento do sujeito para um lugar, não estrutural e nem cartesiano, à hermenêutica como revalorização do enfoque compreensivo, onde estariam as forças conflitivas, a dialética da psicopatologia atual? Penso que, de um lado, estaria na tendência inconsciente ao pensamento estrutural e a um sistema explicativo sobre o indivíduo. De outro lado, o contrapeso estaria na hermenêutica do vínculo, herança do existencialismo, e na revalorização dos contextos. O primeiro traz a segurança do pensamento científico “positivo”, respeitando a separação sujeito/objeto e todas as implicações do conceito de causalidade, ao passo que o segundo mata o *expertise*, tão aclamado na sociedade atual, tentando dar mais atenção à compreensão existencial do *pathos* do que a sua causa. Fazer ciência ou só compreender o *pathos*, ou até imaginá-lo como reflexo de um contexto maior, como no caso da família? Buscar a causa “científica”, o “*pathos estrutural*”, ou o significado existencial do *pathos*, eis a dialética. Não quero dizer com isso que as abordagens estruturais na psicopatologia não busquem compreender o *pathos*, o que seria uma **grande inverdade**, mas apenas dizer que estas **atrelam a compreensão do pathos a possíveis causas ou explicações**, que, em última instância, levam a estruturas. Conhecer as teorias e estruturas psicopatológicas é imprescindível; porém, mais imprescindível ainda, é problematizar suas limitações.

Assim, numa concepção pós-estrutural de psicopatologia, o fulcro não estaria mais no “*pathos estrutural*”. Quando dizemos, então, que determinado paciente “é” obsessivo, estamos num pântano rico em possibilidades e incertezas. Podemos estar querendo dizer que ele “está” obsessivo no sistema familiar, ou seja, sua dinâmica depende muito do contexto e nesta família ele só sobrevive atuando obsessivamente. Podemos também estar dizendo que ele tem um grave conflito na fase anal, que o obriga a agir dessa maneira devido a forças inconscientes que ele próprio desconhece. Podemos também dizer que é o modo de existir que ele optou para suportar o fardo de sua existência. Podemos dizer tudo isso e mais um pouco, ao mesmo tempo. Ou podemos **não dizer nada**, suportando a angústia de não poder ter a ilusão de uma estrutura segura, outrora presente, e hoje, seguramente, ausente.

## Referências

- Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de filosofia* (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1971).
- Baudillard, J. (1995). *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos.
- Birman, J. (1999). A psicopatologia na pós-modernidade: As alquimias no mal-estar da atualidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2 (1), 34-49.
- Connor, S. (1992). *Cultura pós-modernidade: Introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Loyola.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. (Originalmente publicado em 1969).
- Dosse, F. (1994). *História do estruturalismo II: O canto dos cisne, de 1967 a nossos dias atuais*. São Paulo: Ensaio.
- Eco, U. (2001). *A estrutura ausente* (7a ed). São Paulo: Perspectiva.
- Esteves de Vasconcelos, M. J. (2002). *O pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papyrus.
- Fedida, P. (1998). De uma psicopatologia geral a uma psicopatologia fundamental: Notas sobre a noção de paradigma. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 1 (3), 107-121.
- Gadamer, H. G. (2003). *Verdade e método I* (5a ed). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Habermas, J. (1998). *O discurso filosófico da pós-modernidade* (2a ed). Lisboa: Dom Quixote.
- Jameson, F. (1997). *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo do capitalismo tardio* (2a ed). São Paulo: Ática.
- Kaplan, E. (Org.). (1993). *O mal-estar no pós-modernismo: Teorias e práticas*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Lyon, D. (1998). *Pós-modernidade*. São Paulo: Paulus.
- Mora, J. (2001). *Dicionário de filosofia* (5a ed). São Paulo: Martins

## Fontes.

- Ricken, F. (2002). *Dicionário de teoria do conhecimento e metafísica*. São Leopoldo, RS: Unisinos.
- Rorty, R. (2002). *Objetivismo, relativismo e verdade* (2a ed). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Vattimo, G. (1999). *Para além da interpretação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

---

Recebido em 14 de fevereiro de 2004

Aceito em 14 de março de 2004

Revisado em 20 de junho de 2005